

UMA ANÁLISE CRÍTICA PRELIMINAR DA ESTRATÉGIA DO SURGE NO IRAQUE, 2007-2010.

A critical preliminary analysis of the Surge strategy in
Iraq, 2007-2010.

Érico Esteves Duarte¹

INTRODUÇÃO

Mesmo antes do término da ação militar dos Estados Unidos no Iraque entre 2003 e 2010, existiram esforços governamentais e acadêmicos para apreciação e aprendizado dos erros e acertos realizados pelos Estados Unidos (por exemplo, ALLAWI, 2007; CORDESMAN, A. H., 2003; MURRAY; SCALES, 2003; WOODWARD, 2004). Nesse sentido, é importante ser capaz de contextualizar e analisar sucessos e fracassos e não oferecer julgamentos gerais e rápidos, por isso precipitados.

O objetivo desse estudo é oferecer uma análise crítica preliminar em que se aprecie a correção de rumos da conduta da guerra pelos Estados Unidos na Guerra do Iraque implementada a partir de 2007. Os elementos mais evidentes dessa revisão foram: a substituição do Secretario de Defesa de Donald Rumsfeld por Robert Gates, a substituição do comandante do Comando Unificado Central (CENTCOM) do general John Abizaid pelo almirante William Fallon e do comandante das Forças Multinacionais no Iraque do general John Casey pelo general David Petraeus. Outra evidencia inequívoca dessa correção de rumos foi o reforço do contingente em 31 mil soldados -

¹ Professor do curso de Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: ericoduarte@gmail.com

denominado na literatura como *surge* - para Bagdá e Anbar (principal cidade sunita ao norte de Bagdá).

Essas não foram medidas simbólicas e significaram uma dramática revisão, na verdade, conformação de um *status quo* político para o Iraque mais adequado aos objetivos norte-americanos, que não era um governo iraquiano predominantemente xiita e conseqüentemente pró-Irã. Isso significou ainda na re-orientação estratégica do emprego das forças armadas norte-americanas anteriormente focadas na constituição das forças de segurança iraquianas para a proteção da população e controle da violência (FELICETTI, 2006). Em termos práticos, isso significou, primeiro, uma mudança na distribuição e emprego das forças combatentes, anteriormente, posicionadas em grande e fortificadas bases isoladas dos centros urbanos e a condução de patrulhas montadas em veículos blindados; para o padrão de bases menores e dispersas dentro dos bairros mais críticos e a condução de patrulhas desmontadas, a pé, com o apoio de veículos blindados. Em segundo lugar, as forças armadas norte-americanas foram empregadas no esforço de reconstrução de áreas públicas e no desenvolvimento da administração e serviços públicos e da economia local (FEAVER, 2011, p. 87). Terceiro, um evento estratégico significativo adicional foi o ‘despertar sunita’ (*Awakening*), ou seja, a mobilização de forças para-militares no combate a grupos jihadistas e ao Al-Qaeda e para o provimento de policiamento da cidade de Anbar e depois de áreas metropolitanas de Bagdá (BIDDLE et al., 2012).

Nesse sentido, tal orientação estratégica tinha como efeito político esperado a produção de acomodação política entre grupos e tribos iraquianas que produzisse bases sociais mais estáveis, de maneira a sustentar a lenta e tortuosa conciliação política nos altos escalões do novo governo iraquiano, principalmente entre xiitas e sunitas.

A proposta analítica do artigo, portanto, é apreciar essas relações entre fins, meios e resultados da conduta da guerra pelos Estados Unidos através da análise crítica de Clausewitz (DUARTE, 2009). Assim sendo, o artigo segue em quatro partes: (i) primeiro, ele apresenta uma contextualização do cenário iraquiano ao fim de 2006 como resultado do mau encaminhamento da intervenção norte-americana desde 2003; (ii) segundo, ele analisa a revisão para os novos fins políticos e estratégicos da Guerra no

Iraque; (iii) que, em consequência, levaram a formulação de um novo cenário de emprego das forças armadas norte-americanas com o *surge*; por fim, (iv), realiza-se uma avaliação preliminar da re-orientação da conduta da guerra do Iraque.

CONTEXTO

Já em meados de 2006, a situação política no Iraque se aproximava do estado de natureza de Hobbes, em que não se creditava legitimidade e confiança às instituições políticas e os diversos grupos civis se armavam para a garantia de sua própria segurança. Adicionalmente, o governo recém instituído do Primeiro Ministro Nouri Al-Maliki, xiita moderado, mais expressava e catalisava as clivagens sociais do país do que atuava como moderador na garantia da ordem. A presença dos Estados Unidos era vista como incapaz de produzir qualquer resultado minimamente satisfatório e era apontado como um fator desestabilizador (POSEN, 2005). Consequentemente, na segunda metade do ano de 2006, teve início um processo de decisão política para revisão da presença militar dos Estados Unidos no Iraque ou a sua retirada².

Para compreensão da situação nesse período, é necessária a revisão breve dos eventos que causaram a escalada da violência doméstica no Iraque. Até 2006, é possível observar três fases da Guerra do Iraque.

A primeira fase ocorreu entre 2002 e 2003, na esteira do 11 de setembro e da invasão do Afeganistão, os Estados Unidos buscaram uma vitória decisiva sobre as forças combatentes sunitas de Saddam Hussein com a invasão terrestre do Iraque, destruição de parte dessas forças e controle de maior parte do território iraquiano. Como resposta a uma série de derrotas e o desarranjo do comando político, uma parte significativa dessas forças foi dispersa em meio a áreas urbanas.

A segunda fase resumiu ao objetivo norte-americano de criação de um governo iraquiano pró-Estados Unidos a partir de 2003. No entanto, buscou-se uma solução fácil em torno de um novo regime composto essencialmente pela maioria xiita, ao qual se

² Para um apanhado do debate acadêmico e dentro do governo George W. Bush sobre as opções norte-americanas para o Iraque em 2006 ver, respectivamente, Olike et. al. (2007) e Robinson (2009, pp. 25-27).

delegou a direção do país e dos projetos de reconstrução. Nesse sentido, a autoridade política norte-americana para direção da transição do Iraque, Paul Bremer, decretou o expurgo de todos os funcionários sunitas do governo até o quarto escalão, em razão de qualquer envolvimento com o Partido Baath de Saddam Hussein. Desse modo, alijaram-se do governo iraquiano milhares de técnicos responsáveis pelo andamento da totalidade dos serviços públicos do governo iraquiano. Em um segundo decreto, Paul Bremer aboliu os serviços de segurança e inteligência do país, sem sua substituição por novas forças de segurança ou pelo emprego das forças norte-americanas nessa função. Sem o exercício do provimento de ordem por outros aparatos, teve início a escalada da violência entre grupos sunitas e xiitas, com ambos os lados armando civis (ROBINSON, 2009, pp. 3, 16). A minoria sunita aceitou o reforço de jihadistas do Al-Qaeda e outros movimentos/grupos terroristas estrangeiros, enquanto vários grupos xiitas passaram a contar com o apoio material e de orientação do Irã, com destaque para a milícia Jaish al-Mahdi (JAM) no controle de grandes áreas da porção mais oriental do Iraque.

Essa conduta norte-americana teve dois erros graves. Primeiro, os Estados Unidos não possuíam objetivos políticos claros para o Iraque, ou seja, uma noção clara de qual deveria ser o *status quo* político mais adequado aos interesses políticos norte-americanos na região. Isso porque a decisão de entrega do governo do Iraque a maioria xiita foi feita sem a consideração de que parte significativa desses grupos era próxima ao Irã e que isso jogava por terra qualquer expectativa pelos grupos sunitas de ter parte no futuro do Iraque. Em segundo lugar, os dois decretos de Bremer resultaram na impossibilidade de governança do Iraque (LAKE, 2010, p. 38; ROBINSON, 2009, pp. 3, 16).

A terceira fase da Guerra do Iraque - que se deu até o fim de 2006 – resumiu-se a guerra civil entre sunitas e xiitas e a insurgência por grupos jihadistas sunitas e xiitas contra as tropas e instalações dos Estados Unidos e seus aliados para sua expulsão do país. Tão ruim quanto o cenário que se tinha foi a negação pelas altas rodas do Pentágono da veracidade dos eventos. Por meses, a palavra ‘insurgência’ foi censurada nos meios oficiais norte-americanos (ROBINSON, 2009, p. 19).

ANÁLISE DOS FINS: OBJETIVOS POLÍTICOS ORIGINAIS DA GUERRA DO IRAQUE E A DECISÃO PELA REVISÃO

Segundo a Teoria da Guerra de Clausewitz (CLAUSEWITZ, 1984), existem dois tipos de guerras: ilimitadas e limitadas. Guerras ilimitadas se dão em contextos em que não existe situação política entre oponentes que satisfaça um dos lados, por ser uma condição inegociável. Não existe um tipo de paz futura ou *status quo* aceitável que o oponente aceite. Por isso, um lado não cederá aos interesses do outro enquanto dispor de meios de resistência. O objetivo político é apenas satisfeito pela incapacitação física ou a quebra da vontade de resistir do oponente.

De outro lado, em guerras limitadas existe a possibilidade de produção de uma paz entre partes em disputa que está diretamente relacionada a um cálculo de probabilidades que correlaciona as chances de consecução de uma vitória e os custos de alcançá-la. Ou seja, existe maior racionalidade na interação entre beligerantes, margens para barganha diplomática e a possibilidade de acomodação segundo aos propósitos de um governo e aos ânimos moderados de um público³.

De um ponto de vista teórico, a Guerra do Iraque pode ser enquadrada como uma guerra limitada. Do ponto de vista norte-americano, a grande questão do Iraque em 2003 era que havia uma necessidade de dar uma resposta continuada na confrontação a grupos jihadistas e uma oportunidade de re-arranjar o equilíbrio de poder no Golfo Pérsico. Em termos estratégicos, esse objetivo orientava a necessidade de algum ajuste para um regime político iraquiano mais inclinado a esses interesses dos Estados Unidos.

Do ponto de vista iraquiano, não era possível atribuir ao regime de Saddam Hussein um amplo apoio e engajamento da população e de países vizinhos, de maneira que fosse possível a disponibilidade de grande concentração de vontade política e recursos sociais para sua salvaguarda como líder político do país. Assim, era possível a coordenação de esforços militares e diplomáticos na produção de um entendimento

³ Para uma discussão mais ampla de guerras limitadas e seus cálculos e estágios subjacentes, ver Corbett (1911) e Schelling (1981).

político que atendesse aos Estados Unidos e os grupos sociais que constituíssem uma nova liderança político ou um novo regime.

Por isso, não era necessário - de um ponto de vista teórico - o desarmamento total das forças armadas iraquianas, a total destituição de suas estruturas administrativas públicas e a submissão da população. Não é possível enquadrar a correlação de vontades políticas entre Estados Unidos e Iraque como de uma guerra ilimitada. Entende-se que era possível a produção de um acordo político entre Estados Unidos e grupos políticos iraquianos, mas que isso envolveria concessões e barganhas na produção de acomodação política entre várias partes.

De um ponto de vista prático, existe um certo consenso na literatura que a decisão política de intervenção no Iraque foi produto de condições sistêmicas, da conjuntura doméstica norte-americana específica do pós-11 de Setembro de 2001 e da completa perda de credibilidade de Saddam Hussein como um interlocutor político, com relação ao qual fosse possível atingir um acordo político efetivo.

Em uma perspectiva sistêmica, Kugler et. al.(2004, p. 178) conclui que nenhum resultado positivo na Guerra do Iraque, por mais ampla que ela pudesse ser, poderia assegurar uma mudança significativa no sistema internacional a favor dos Estados Unidos. Dessa maneira, concorda-se com Diniz (2005) que tal intervenção tinha como objetivo político principal produzir uma estabilização regional, cujos efeitos seriam positivos dentro da política de segurança internacional dos Estados Unidos. Entre tal cálculo e a produção de metas estratégicas claras para intervenção do Iraque, existiam três elementos domésticos que tornavam o cálculo norte-americano normativo, enviesado e míope.

Primeiro, na esteira dos ataques do 11 de setembro de 2001, tinha-se a oportunidade, porém breve, para inflamar o apoio público para tal empreitada. Com isso, a justificativa pública pela intervenção – uma possível coligação entre Saddam Hussein e o Al-Qaeda que proliferasse armas de destruição para uso contra os Estados Unidos - gerou pressões internas e no Conselho de Segurança das Nações Unidas, que se mostraram, posteriormente, inaceitáveis e que produziram expectativas que nunca foram atendidas.

Segundo, o discurso de inclusão do Iraque em uma ordem internacional liberal produziu entre os norte-americanos a expectativa que tal futuro era inteligível e desejado por todos os iraquianos (LAYNE, 2009, pp. 6–7). Por conta disso, existia as forças dos Estados Unidos seriam automaticamente aceitos como libertadores pelo povo do Iraque. Tanto a promessa mostrou-se fora da realidade: os valores democráticos não eram consensuais entre os iraquianos, nem a noção das forças norte-americanas como libertadoras. Tão ruim quanto, com a derrocada do regime de Saddam Hussein, foi constatado que os Estados Unidos não tinham planos e qualquer preparação para a governança do país (ALLAWI, 2007).

Terceiro, com a transição de Bill Clinton para George W. Bush na presidência, houve uma mudança significativa na leitura de Saddam Hussein e seu regime. Durante os anos Clinton, Hussein era visto como um oportunista agressivo, mas racional, que exploraria qualquer alternativa para enfraquecer a presença dos EUA no Golfo Pérsico e fortalecer a sua própria. Também existia alguma dissociação entre a figura política de Saddam e a sociedade política iraquiana. Já para a administração Bush, Saddam Hussein e seu regime passaram a representar um único e mesmo mal. Tal visão maquinista não apenas inviabilizava qualquer acomodação pelo lado norte-americano e demandava uma ampla e radical transição política (LAKE, 2010, pp. 17–18, 25–28). Dessa maneira que se pode explicar e criticar as decisões de Paul Bremer, pois elas foram enquadradas por uma perspectiva ética e etnocêntrica que racional e contextual.

A principal consequência disso tudo, passível de uma primeira crítica, é que as decisões e conduta norte-americanas escalonavam a intervenção no Iraque em direção a uma guerra ilimitada, sem a existência de motivação e paixões políticas para tal, de fato.

Uma segunda crítica é que o governo Bush, por decisão do secretário de Defesa Rumsfeld, nunca autorizou, ou mesmo cogitou, uma ampla disponibilização de recursos militares para os comandantes no Iraque. Havia a expectativa que a grande assimetria de meios combatentes de um contingente terrestre limitado e o desejo libertário iraquiano seriam suficientes. Pois, não existia qualquer consideração sobre a necessidade, e preparação correspondente, de fases de estabilização e governança do Iraque (LAKE, 2010, pp. 35–38).

Uma terceira crítica possível desse ponto de vista político norte-americano foi a sua falta de perspectiva da composição política do Iraque, principalmente após a presença de suas forças e seu efeito no fluxo de grupos e indivíduos jihadistas para o país (LAYNE, 2009, p. 5). É necessário apreciar que além de sunitas, xiitas e curdos, entre os primeiros existia grande diferença entre os sunitas nativos e seculares e os sunitas estrangeiros de fundamentação religiosa extrema, apontados como jihadistas (POSEN, 2006). Enquanto os seculares disputavam o futuro político do Iraque com os demais grupos nativos, os jihadistas desejavam a revolução islâmica transnacional. Por isso, a coalizão entre sunitas nativos e estrangeiros foi momentânea em razão da inferioridade numérica dos primeiros frente a xiitas e as forças dos Estados Unidos. No entanto, essa coalizão não poderia nunca perdurar porque os jihadistas estrangeiros eram realmente revolucionários e desejavam alterar a composição política do Iraque de maneira completa, substituindo a composição descentralizada e secular dos xeiques por uma unificação teocrática sob um novo Califado.

Por fim, existiu um último problema político do processo decisório norte-americano que foi a falta de qualquer consideração de uma articulação mais refinada entre o esforço de guerra no Iraque e diálogos diplomáticos com os demais países da região, especialmente com aqueles fronteira com o Iraque (OLIKER ET. AL., 2007, p. x). Na produção da decisão de ir a guerra e durante seus primeiros estágios, não havia, por parte dos Estados Unidos, uma reflexão madura sobre os efeitos da Guerra do Iraque sobre as capacidades relativas e interesses dos demais países da região. Ou seja, não se antecipou rapidamente que o desbaratamento do regime de Saddam e sua substituição por um de predomínio xiita favoreciam amplamente o Irã. Tal reconhecimento deu-se apenas em 2006 quando as milícias xiitas passaram a dominar amplas áreas iraquianas e as forças armadas norte-americanas começaram a aprisionar material bélico e pessoal iranianos em suas batalhas⁴.

Portanto, a crise da presença militar norte-americano ao fim de 2006 não era apenas estratégica – ou seja, em termos de baixas de tropas e perda de controle de

⁴ Esse aspecto passou a ser comparado ao fracasso de inteligência dos Estados Unidos em antecipar o envolvimento chinês na Guerra da Coreia.

espaços – mas era especialmente política, pela falta de um cenário que atendesse os objetivos políticos dos Estados Unidos para a região. Nesse contexto, existiam duas propostas principais ao fim de 2006 para a conduta da guerra do Iraque. Por um lado, existiam aqueles que apontavam que a retirada do Iraque naquele momento provocaria ainda maior instabilidade regional, com possibilidade de efeitos para outras regiões (por exemplo, LAYNE, 2009, p. 9). Por outro lado, existiam aqueles que apontavam que uma retirada bem planejada proveria redução de custos militares, políticos e econômicos que permitiriam a re-alocação de recursos para neutralizar os reveses dessa ‘derrota’ (por exemplo, POSEN, 2006).

ANÁLISE DOS MEIOS: METAS E MÉTODOS DO *SURGE*.

Nesse debate nacional que houve um amplo e tenso processo decisório em torno de opções. De certa maneira, foi corajosa a decisão presidencial pelo plano estratégico que se desenhou em torno do *surge*, principalmente porque ele não era predominante mesmo dentro da administração Bush⁵. Sua decisão levou a uma ampla revisão das posições de comando político e militar responsáveis pela formulação dos planos de guerra do Iraque. Ou seja, a decisão por uma nova estratégia para o Iraque ocorreu *antes* da decisão de revisão das posições de comando do Pentágono, do Comando Unificado Central (CENTCOM) e do comando operacional da coalizão das forças no Iraque. Assim, Robert Gates, William Fallon e Robert Petraeus foram escolhidos porque se decidiu que eram os mais adequados para a condução dos novos objetivos políticos e estratégicos delimitados.

No primeiro caso, entendia-se que era necessária uma melhor inteligência política para solução do Iraque e uma melhor coordenação inter-agências entre o Pentágono, o Departamento de Estado, a Agencia de Desenvolvimento Internacional e a Agencia de Informação. Por isso, a decisão pela substituição de Rumsfield pelo diretor da Agência Central de Inteligência não ocorreu apenas por um rito sucessório mais ou

⁵ A comunicação da decisão é disponível em Bush (2007) Para um relato desse processo, ver Robinson (2009), Totten (2011), Simon (2007), Kagan (2008). É oportuno ainda a recomendação do documentário *Surge: the Whole Story* (2009).

menos tradicional do Departamento de Defesa. Mas porque se identificava que Rumsfeld tinha provocado uma ruptura dentro das forças armadas e dessas com as demais agências e departamentos civis norte-americanos no Iraque, com conseqüências negativas para os esforços de contra-insurgência. Tão importante quanto, tinha-se a consciência de que uma solução viável para o Iraque demandaria cálculo e tolerância políticos que Gates parecia deter muito mais que seu antecessor.

No segundo caso, a escolha, pela primeira vez, de um almirante para o Comando Unificado Central (CENTCOM) foi inusitada e sinalizava duas coisas. Primeiro, a importância de um especialista em atividades logísticas para apoiar o *surge*. Segundo, a ampla latitude que se daria ao comandante operacional das forças no Iraque, a princípio, subordinado ao CENTCOM. Assim, no terceiro caso, David Petraeus foi recomendado e indicado para a condução de uma nova estratégia no Iraque justamente pela identificação de sua capacidade de pensamento autônomo, portanto rompendo com a doutrina convencional do Exército dos Estados Unidos para o Iraque, e pelos seus anos de estudos sobre contra-insurgência, que culminaram em uma tese de doutorado na Universidade de Princeton e um novo manual doutrinário em colaboração com o Corpo de Fuzileiros Navais.

Um último ajuste de posições que não pode ser desmerecido foi a indicação do primeiro embaixador norte-americano para o Iraque, David Crocker, ao qual foi oferecido amplos recursos humanos e financeiros para composição de um equipe de primeira linha para provimento do braço diplomático na re-orientação estratégica dos Estados Unidos no Iraque.

Dessa maneira, desde o início de suas atividades em 2007, Petraeus e Crocker entendiam a importância da sinergia entre suas funções. O primeiro na produção de um equilíbrio de forças que proovesse ordem entre os grupos sociais, principalmente em Bagdá, e o segundo na produção da conciliação política entre xiitas e sunitas no parlamento e governo iraquianos, principalmente em prol de uma divisão representativa e responsiva da administração pública e seus recursos.

Adicionalmente, ambos passaram a articular manobras militares e diplomáticas contra a influência do Irã no Iraque. Certamente, reconhecia-se o Irã como o novo

importante ator regional e a necessidade de conversações contínuas. Seja para resolução da presença de iranianos no Iraque, seja para a pressão diplomática contra o projeto nuclear iraniano, que ficou a cargo de Crocker e sua equipe. De um ponto de vista estratégico, Petraeus passou a conduzir operações limitadas contra os bolsões de milícias xiitas e compartilhar o controle de outras regiões com milícias sunitas nativas e seculares. Certamente, o jogo político entre Estados Unidos e Irã não se encerraria com a estratégia do *surge*, nem com o fim da presença militar norte-americana, e pode ser considerada a principal consequência política para a região da Guerra do Iraque (CORDESMAN ET AL, 2012).

Uma segunda alteração estratégica importante foi a nova forma de emprego das tropas no Iraque sob o comando de Petraeus. Houve uma redistribuição das tropas em novas posições por toda Bagdá em unidades que passaram a ser posicionadas em meio às populações iraquianas. Dessa maneira, elas tinham melhores condições para a condução de patrulhas diárias para o provimento de ordem, coleta de inteligência e de um primeiro censo demográfico e das condições do país. Havia uma (nova) consciência que a legitimidade da presença norte-americana e do novo governo passava pelo provimento de segurança à população. Os projetos de reconstrução sob orientação dessas novas posições militares norte-americanas correspondiam a essa necessidade de construção de legitimação, que também seguia a finalidade de incrementar o acesso militar aos bairros e a desbaratar instalações e apreender materiais e dispositivos explosivos jihadistas. Adicionalmente, houve o reforço e o refino das atividades de enfrentamento contra os contingentes jihadistas por um contingente permanente de forças especiais norte-americanas e iraquianas, que passou a ser beneficiada por essa presença ostensiva das forças convencionais norte-americanas.

A terceira alteração estratégica importante foi a aproximação e a coordenação com grupos sunitas. A partir de 2007, o comando norte-americano não mais identificava todo e qualquer grupo sunita como força oponente em potencial. Mais que isso, passou-se a reconhecer, equipar e coordenar com certos grupos sunitas nativos ataques a posições jihadistas do Al-Qaeda e a conceder a eles a tarefa de policiamento de áreas. Tal operação teve início em Anbar e foi denominado de “despertar sunita”. Posteriormente,

com o apoio norte-americano e seu reconhecimento e inclusão pelo governo iraquiano, houve uma expansão considerável desses grupos que passaram a se denominar de Filhos do Iraque.

A partir disso, houve a oportunidade da negociação com a constelação de xeiques e líderes tribais sunitas e sua gradual inclusão no aparato governamental iraquiano, até então majoritariamente controlado pelos xiitas. Com recursos norte-americanos disponibilizados por Petraeus e outras agências internacionais e os recursos do governo iraquiano disponibilizados mediante pressão diplomática do embaixador Crocker, houve a possibilidade de delegar investimentos e serviços públicos a essas lideranças na reconstrução da infra-estrutura e estímulo da economia local iraquianas. Conseqüentemente, começou a existir uma melhor acomodação entre xiitas e sunitas e maior legitimidade do governo junto aos últimos.

O novo emprego das forças norte-americanas foi em muito beneficiado pelo provimento de inteligência e recursos armados sunitas. Tais re-orientações estratégicas levaram a grande apreensão e desbaratamento de unidades e células do Al-Qaeda e grupos jihadistas que provocou o encerramento da insurgência contras as tropas norte-americanas e moderou as relações entre os dois principais grupos sociais iraquianos. Como resultado, registrou-se uma drástica queda de baixas, vítimas e da violência como um todo no Iraque já a partir da segunda metade de 2007 e que se mantiveram reduzindo até a retirada das tropas norte-americanas em 2010 (ver dados em BIDDLE et al., 2012; CORDESMAN, A., 2011).

AVALIAÇÃO CRÍTICA PARCIAL

Uma avaliação integral demanda mais dados e análises que aqueles disponíveis nesse artigo. Por isso, seguem algumas críticas aos aspectos políticos e estratégicos da conduta da guerra pelos Estados Unidos no Iraque.

A principal crítica que se faz ao presidente George W. Bush, no período anterior a 2007, foi a falta de exercício de sua prerrogativa de comandante supremo e a ampla delegação de decisão e ação ao seu primeiro secretário de Defesa, Rumsfeld, e aos seus generais no Iraque.

A principal consequência disso foi a falta de apreciação da indevida aplicação de um receituário dogmático para o caso iraquiano. Na conduta da guerra do Iraque anterior ao *surge* é possível identificar e criticar uma cultura estratégica instalada no Pentágono no mesmo período. No advento da agenda da *Transformation*, instaurou-se um entendimento, de certa maneira ingênuo, que a Guerra do Iraque poderia ser conduzida como uma intervenção cirúrgica unilateral. Sem consideração das condições estratégicas e políticas da sociedade onde se empregava da força⁶.

No entanto, é importante reconhecer que a decisão de continuação e alteração da estratégia norte-americana no Iraque pelo presidente George W. Bush não foi trivial nem óbvia, apesar de acertada. E, diferentemente do período anterior, Bush manteve uma observação continuada e direta do comando de Petraeus. Foram vários os momentos em que Bush usou de sua prerrogativa presidencial para garantir, reconhecendo portanto, as decisões de Petraeus, na revisão do emprego das tropas norte-americanas, na aproximação com sunitas e, posteriormente, no prolongamento do período de retirada do contingente adicional ao longo de 2008 e 2009. Em uma dessas oportunidades, inclusive, incorrendo no choque entre Petraeus e seu superior, o almirante Fallon, o que levou ao apoio presidencial ao primeiro e à resignação do segundo.

É possível apontar que o Iraque esteja longe de superar suas clivagens e de alcançar uma condição estável permanente. Da mesma maneira, o Golfo Pérsico está distante de uma estabilidade regional – principalmente uma que atenda aos interesses norte-americanos. Ainda assim, é possível argumentar que a correção da conduta da guerra do Iraque apresentou um sucesso considerável.

Em termos da mudança da orientação estratégica por Petraeus, é interessante notar que não era óbvio para os Estados Unidos que as realidades e as possibilidades políticas no Iraque eram distintas de suas experiências intervencionistas anteriores e de que a ordem política possível não era simplesmente a materialização perfeita das normas políticas norte-americanas. Igualmente grave era o entendimento de que tal

⁶ Para uma discussão mais ampla dessa perspectiva e suas consequências na prática da guerra norte-americana, ver Duarte (2011, 2012).

ordem política possível no Iraque poderia ser produzida naturalmente, sem qualquer necessidade de participação armada norte-americana. Qualquer condição política que se desejasse que perdurasse – principalmente uma recém estabelecida mediante uma intervenção estrangeira - demandava um equilíbrio de poder estável sobre qual se sustente um governo. Nesse sentido, a mudança do mote da orientação estratégica sob o comando de Petraeus de *network-centric warfare* para de *population-centric warfare* foi bastante emblemática.

Por fim, a história militar norte-americana tem se mostrado recorrentemente incapaz de apreciar as dinâmicas políticas da guerra e que nem todas elas se tratam de cruzadas. A sinergia entre ações militares e diplomáticas na Guerra do Iraque foi idiossincrática e deveu-se, em grande parte, a empatia pessoal entre Petraeus e Crocker do que a um aparato institucional. Advoga-se que a compreensão e preparação para os vários tipos de guerras – limitadas e ilimitadas – não pode ser improvisadas dessa maneira, mas produto instituído de uma reflexão continuada.

REFERÊNCIAS

ALLAWI, A. A. **The Occupation of Iraq: Winning the War, Losing the Peace**. Yale University Press, 2007.

BIDDLE, S.; FRIEDMAN, J.; SHAPIRO, J. Testing the Surge: Why Violence Declined in Iraq in 2007. **International Security**, v. 37, n. 1, p. 1–34, 2012.

BUSH, G. W. New ‘Surge’ Strategy for Iraq Unveiled. **Foreign Policy Bulletin**, v. 17, n. 03, p. 4–51. doi: 10.1017/S1052703607000317, 2007.

CLAUSEWITZ, C. VON. **On War**. Princeton: University of Princeton Press, 1984.

CORBETT, J. S. **Some Principles of Maritime Strategy**. London, New York: Longmans, Green and Co., 1911.

CORDESMAN, A. **Patterns of Violence, Casualty Trends and Emerging Security Threats**. Washington: Center for Strategic and International Studies, 2011.

CORDESMAN, A. H. **The Iraq War: Strategy, Tactics, and Military Lessons**. Praeger, 2003.

CORDESMAN ET AL, A. **The Outcome of Invasion: US and Iranian Strategic Competition in Iraq**. Washington: Center for Strategic and International Studies, 2012.

DINIZ, E. Da Teoria à Prática: Guerra do Iraque ou Ordenamento Unipolar? **Cena Internacional**, v. 7, n. 2, p. 4–27, 2005.

DUARTE, É. **A Análise Crítica de Clausewitz (Kritik): O Potencial Epistemológico da Teoria da Guerra**. Textos Seleccionados do II Encontro Nacional da ABED. São Paulo: Mercado das Letras, 2009.

DUARTE, É. Impactos de Novas Tecnologias em Política de Defesa: Lições e Limites do Modelo Norte-Americano. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 8, p. 73–82, 2011.

DUARTE, É. **A Conduta da Guerra na Era Digital e suas Implicações para o Brasil: uma Análise de Conceitos, Políticas e Práticas de Defesa**. Texto para Discussão (IPEA), v. Junho, 2012.

FEAVER, P. The Right to Be Right: Civil-Military Relations and the Iraq Surge Decision. **International Security**, v. 35, n. 4, p. 87–125, 2011.

FELICETTI, G. The Limits of Training in Iraqi Force Development. **Parameters**, v. 36, n. 4, p. 71–83, 2006.

KAGAN, K. **The Surge: A Military History**. 1st ed. Encounter Books, 2008.

KUGLER, JACEK; TAMMEN, R.; EFIRD, B. Integrating Theory and Policy: Global Implications of the War in Iraq. **International Studies Review**, v. 6, n. 4, p. 163–179, 2004.

LAKE, D. A. Two Cheers for Bargaining Theory: Assessing Rationalist Explanations of the Iraq War. **International Security**, v. 35, n. 3, p. 7–52. doi: 10.1162/ISEC_a_00029, 2010.

LAYNE, C. America's Middle East Grand Strategy After Iraq: The Moment for Offshore Balancing Has Arrived. **Review of International Studies**, v. 35, n. 01, p. 5–25. doi: 10.1017/S0260210509008304, 2009.

MURRAY, W.; SCALES, R. H. **The Iraq War: A Military History**. Harvard University Press, 2003.

OLIKER ET. AL. **U.S. Policy Options for Iraq: an Assessment**. Santa Monica: RAND, 2007.

POSEN, B. Exit Strategy: How to disengage from Iraq in 18 months. **Boston Review**. Retrieved from <http://bostonreview.net/BR31.1/posen.php>, 2006.

ROBINSON, L. Tell Me How This Ends: General David Petraeus and the Search for a Way Out of Iraq. **PublicAffairs**, 2009.

SCHELLING, T. C. **The Strategy of Conflict**. New York: Harvard University Press, 1981.

SIMON, S. N. **After the Surge: The Case for U.S. Military Disengagement from Iraq**. Council on Foreign Relations Press, 2007.

TOTTEN, M. J. **In the Wake of the Surge**. Belmont Estate Books, 2011.

WOODWARD, B. **Plan of Attack**. Simon and Schuster, 2004.

Artigo recebido dia 30 de março de 2012. Aprovado em 20 de dezembro de 2012.

RESUMO

O artigo busca prover uma apreciação crítica preliminar da última Guerra do Iraque (2003-2010). Tem como foco a alteração nas metas bélicas dessa guerra. O seu recorte temporal é a elevação do efetivo - *surge* - em conjunção com a alteração na estratégia conduzida a partir de 2007.

PALAVRAS-CHAVE

Guerra do Iraque (2003-2010), Estudos Estratégicos, Teoria da Guerra.

ABSTRACT

This article seeks to provide a critical appraisal of the last Iraq War (2003-2010). It focuses on the change in the warlike aims of this war. Its time frame is the increase of the effective – surge – in conjunct with the changes in the strategy conduct since 2007.

KEYWORDS

Iraq War (2003-2010), Strategic Studies, Theory of War.